



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

VALORAÇÃO AMBIENTAL: UMA ALTERNATIVA PARA A CRISE SOCIOAMBIENTAL?¹

Robson Weiss Machado², Sandra Beatriz Vicenci Fernandes³, Vilmar Bueno Da Silva⁴, Wilson Nascimento⁵.

¹ Pesquisa desenvolvida na disciplina Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento da (UNIJUI)

² Mestrando em Desenvolvimento – Bolsista da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). E-mail: robsonwm27@gmail.com

³ Dra do Departamento de Estudos Agrários e do Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI. E-mail: sandravf@unijui.edu.br

⁴ Mestrando em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui). E-mail: silvavilmarb@fahor.com.br

⁵ Mestre em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui). E-mail: wa.nascimento47@bol.com.br

Resumo Este ensaio teórico tem como objetivo chamar a atenção para o questionamento vigente em relação a atribuição de valor para os elementos (fauna e flora) do ecossistema, tendo como mote a tendência humana natural de contabilizar a tudo para melhor definir as ações. Tendo por base estudiosos da temática são elencados elementos determinantes da valoração ambiental e suas imbricações para o desenvolvimento sustentável que possa gerar condições de garantir uma posteridade digna às gerações futuras. A indagação presente nas discussões a respeito do assunto questiona: valoração ambiental pode refrear a crise socioambiental? Palavras-chave meio ambiente, economia, desenvolvimento sustentável. Introdução A maioria dos bens ambientais não tem substitutos e a inexistência de sinalização de preços para seus serviços distorce a percepção dos agentes econômicos, induzindo os mercados a falhas na alocação eficiente dos recursos e, em consequência, evidenciando uma “divergência entre os custos privados e sociais”. Essa “ausência” de preços para os recursos ambientais (e os serviços por eles prestados) traz um sério problema: uso excessivo dos recursos. A teoria econômica propõe que, para corrigir essa falha de mercado sejam esses direitos de uso definidos de tal forma que sua troca via mercado estabeleça um preço de equilíbrio que represente o custo social desses recursos. Essa possibilidade pode acontecer na forma de uma cobrança pelo uso do recurso natural ou com a criação de mercados (NOGUEIRA; MEDEIROS; ARRUDA, 2000). Ou seja, instrumentos econômicos que sinalizem preços que reflitam o custo de oportunidade social do recurso e que, portanto, internalizem o preço correto do recurso no sistema econômico. A partir disso, a tarefa de valorar economicamente um recurso ambiental consiste em determinar quanto melhor ou pior estará o bem-estar das pessoas devido a mudanças na quantidade de bens e serviços ambientais, seja na apropriação por uso ou não (MOTTA, 2011). O objetivo deste breve ensaio é abordar algumas questões relativas à valoração de bens ambientais com vistas a resolver, pela via do mercado, os impasses entre meio ambiente e





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

desenvolvimento. Metodologia O método de abordagem utilizado para pesquisa é qualitativo, tendo como procedimento técnico a pesquisa exploratória de cunho bibliográfico do tema. O caráter exploratório reside em abordar uma situação para propiciar aproximação e familiaridade com o assunto, fato ou fenômeno e com isto gerar maior compreensão a respeito do mesmo. Resultados e Discussão A resolução dos problemas ambientais decorrentes do modelo industrialista da sociedade contemporânea passa por um processo de gestão baseado em políticas de comando e controle, com forte definição pelo Estado, e por um conjunto de mecanismos de mercado. Estes últimos vinculam um conjunto de conhecimentos técnicos do campo da economia e da ecologia, dentre os quais, a valoração ambiental. A atribuição de valor ao meio ambiente recai no campo mais subjetivo da vida humana, segundo o qual atribuímos valor de acordo com as preferências de mudança (qualidade ou quantidade dos recursos) e não ao valor intrínseco do meio ambiente. Neste contexto, May (2003) orienta que estas preferências referem-se à disposição a pagar por uma melhoria ou a disposição a aceitar uma redução na oferta do recurso. Em se tratando de água potável, qual o limite de investimento e também limitação de uso as pessoas estariam dispostas a aceitar? O sentido da valoração econômica ambiental reside no aproveitamento máximo dos recursos finitos disponíveis para proporcionar maior benefício social. Com o madurecimento do capitalismo, alguns países utilizam o termo “internalizar as externalidades” ao coletar a opinião das pessoas a respeito do valor que elas consideram justo para a melhora da qualidade do ar ou a preservação de um rio. O problema apontado está no fato de que existem elementos naturais imensuráveis, tais como “preço do ozônio em rarefação” ou “preço da regulação térmica do planeta”.

A forma de utilização do recurso auxilia na definição de seu valor econômico, determinado pelos seguintes critérios: valor de uso direto, valor de uso indireto, valor de opção e valor de existência. Para melhor exemplificação é válido o exemplo do recurso de uma floresta. Neste caso os valores de uso direto dos recursos são representados pela extração da madeira e consumo dos frutos da matéria-prima. Já os valores de uso indireto são expostos pelas funções ecológicas da floresta vinculadas ao bem-estar: ar puro, beleza natural, água de qualidade, etc. O investimento que os indivíduos estariam dispostos a pagar para manter o recurso (preservação para a posteridade) define os valores de opção. Também conhecido como valor de “não-uso”, o valor de existência está representado pela satisfação pessoal com a existência da floresta, independente de usufruir diretamente dela ou sequer chegar a visitá-la. A avaliação ecossistêmica do Milênio (AEM) é um abrangente programa das nações Unidas e representa a maior avaliação já realizada sobre a saúde global dos ecossistemas. Mais de 1300 autores de 95 países participaram dos quatro grupos de trabalho que prepararam a avaliação global e centenas de outros autores continuam trabalhando em avaliações sub-globais. O resultado da AEM revela que nos últimos 50 anos o homem modificou os ecossistemas mais rápida e extensivamente que em qualquer intervalo de tempo equivalente na história da humanidade. Isso acarretou uma perda substancial e, em grande medida, irreversível na diversidade da vida no planeta. Como decorrência, três problemas cruciais reduzirão os benefícios a longo prazo: a degradação em curso dos serviços ecossistêmicos, a maior probabilidade de mudanças não lineares e a exacerbação da pobreza para algumas populações. Frente a este quadro, os mecanismos de mercado terão efetividade na resolução da crise socioambiental? Inúmeros





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

autores apontam a insuficiência do modelo da economia neoclássica para o tratamento de questões tão complexas como as relativas ao meio ambiente. “É impossível crescimento infinito num mundo finito” enfatizava o Relatório Meadows, divulgado pelo Clube de Roma no final da década de setenta. Há um reconhecimento de que o mercado tem impulsionado, paulatinamente, os atores econômicos ao crescimento – fundamentado no rápido esgotamento dos recursos naturais e na geração de poluição – e ao alargamento do abismo entre ricos e pobres intra e entre os países (MAY, 2011). Nesse sentido, uma resposta relativa à formulação de políticas mais adequadas para proteger os recursos naturais e os serviços ecossistêmicos concernentes reside em conceber instrumentos que possam proteger um “padrão mínimo aconselhável”, como propõe May (2011) p.e., para a conservação de biodiversidade, independentemente da eficiência potencial dos instrumentos econômicos disponíveis, os quais, em suma, baseiam-se em benefício/ custo. Esses mecanismos devem necessariamente ser associados à regulação direta (Comando e Controle), estabelecendo áreas protegidas, zonas de exclusão de pesca ou de proibição de uso de certos produtos ou substâncias que possam impactar a biodiversidade, constituindo componentes chave nesses contextos. Conclusões Em síntese, May (2011) propõe que os instrumentos de mercado, que pressupõem algum tipo de valoração ambiental, tem um papel importante para assegurar a sustentabilidade, entretanto, devem ser mediados por uma regulação definidora dos critérios de acesso e controle sobre os recursos naturais, refletindo-se em limites biofísicos amparados nas ciências e em ampla e prévia consulta às populações que dependem de tais recursos para seu sustento. A partir de parâmetros assim estabelecidos, é possível, em circunstâncias específicas, aproveitar a eficiência alocativa do mercado para servir de alicerce às demais instituições da sociedade. Referências NOGUEIRA, J M MEDEIROS, M A A de ARRUDA, F S T de Valoração econômica do meio ambiente ciência ou Empiricismo? Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v17, n2, p81-115, maio/ago 2000 MAY, PH (Org) Economia do meio ambiente teoria e prática Rio de Janeiro Elsevier, 2003 MAY, P Mecanismos de mercado para uma economia verde Revista Política Ambiental, n 8, jun 2011 Belo Horizonte Conservação Internacional, 2011 p 170-78 ISSN 1809-8185 MEA (2005) Millennium ecosystem assessment, general synthesis report. Washington Island Press Disponível em < <http://www.unep.org/maweb/en/index.aspx> > Acesso em 12, dez 2012. MEADOWS, D H Limites do crescimento a atualização de 30 anos Rio de Janeiro Qualitymark, 2007 MOTTA, R S da Valoração e precificação dos recursos ambientais para uma economia verde Revista Política Ambiental, n 8, jun 2011 – Belo Horizonte Conservação Internacional, 2011 p 179-90 ISSN 1809-8185

